

Painel 2: O enfoque sistêmico nas políticas públicas

Enfoque sistêmico e análise das políticas públicas rurais

Eric Sabourin (Cirad, UMR Art-Dev e Unb-CDS)

Resumo: O trabalho trata da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa. Foi também o caso na ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e outputs. Hoje essa corrente quase desapareceu da análise das políticas públicas, mas suas influências ainda podem ser verificadas.

O texto conta três partes. A primeira parte apresenta brevemente os fundamentos teóricos e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. A segunda parte trata das evoluções e complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela. A terceira parte introduz o enfoque estruturalista da teoria da reciprocidade em antropologia econômica aplicado para análise das políticas públicas rurais no Brasil.

Palavras-chave: Enfoque sistêmico, análise de políticas públicas, estruturas de reciprocidade, Brasil

Abstract: This paper deals with the contribution of the systemic approach to public policy analysis. The systemic approach had an influence in various sectors of science and research. That was also the case in political science, first with the intention of thinking the life as a political system and then with the analysis of public policies from a systems approach in terms of flows, inputs and outputs. Today this current has almost disappeared from the analysis of public policies, but its influence can still be observed. The text has three parts. The first part briefly presents the theoretical foundations and application of systemic analysis for public policy approach. The second part is about the changes and additions that have occurred in the analysis of public policies on behalf of the systemic approach or even in reaction to it. The third part introduces the structuralist approach of the theory of reciprocity in economic anthropology applied to an analysis of rural public policies in Brazil.

Key –words: Systemic approach, public policy analysis, structures of reciprocity, Brazil;

Introdução

Nesse trabalho, vou tratar da contribuição do enfoque sistêmico para a análise das políticas públicas. A abordagem sistêmica teve uma influência em diversos setores da ciência e da pesquisa. Foi também o caso na ciência política, primeiro com a intenção de pensar a vida como um sistema político (Laswell, 1936, 1956; Easton, 1957, 1965) e logo com a análise das políticas públicas a partir de um enfoque sistêmico em termos de fluxos, inputs e outputs (Lapierre, 1973; Lemieux, 1989; 1996).

O que é uma política pública? Existem muitas definições: A política pública é “o que os governos fazem e porque o fazem” (Simeon; 1976: 548), mas é também o que os governos “escolhem fazer ou não fazer” (Dye; 1984:1). Segundo Leslie Pal (1992:2) uma política pública é uma série de ações ou inações que autoridades públicas escolhem adotar para regular ou responder a um problema ou um conjunto de problemas interligados.

Para Jenkins (1978:15) as políticas públicas se referem a um conjunto de decisões interligadas tomadas por um ator político ou um grupo de atores políticos.

As políticas públicas, num sentido mais geral, podem ser definidas, segundo Muller (2003), como um conjunto de ações coordenadas, implementadas com o objetivo de conseguir uma modificação ou uma evolução de uma situação dada. Elas são executadas por instituições e administrações públicas, em resposta a existência de um problema público ou coletivo, que tem que ser identificado, analisado e logo promovido ou publicitado como tal em termos de demandas ou de agenda (Kingdom, 1984).

O artigo conta com três partes. Na primeira parte vou lembrar, de maneira relativamente superficial, a emergência e a aplicação da abordagem sistêmica para a análise das políticas públicas. Em segundo lugar vou mencionar as evoluções e as complementações que aconteceram na análise das políticas públicas por conta da abordagem sistêmica ou, até, em reação a ela. Finalmente, vou terminar com uma breve apresentação do enfoque estruturalista da teoria da reciprocidade em antropologia econômica aplicado para análise das políticas públicas rurais no Brasil. As conclusões evocam os aportes e limites do enfoque sistêmico para a análise de políticas públicas.

1. Abordagem sistêmica e a análise das políticas públicas

O enfoque sistêmico e a ciência política entre os anos 1950 e 1980

Oriunda da biologia e da cibernética, a abordagem sistêmica tocou de maneira relativamente marginal as ciências sociais e principalmente durante um período entre os anos 1950 a 1980. Nas ciências políticas, a abordagem sistêmica teve a sua época de sucesso em particular no Canadá e nos EUA. De fato nos anos 50, em plena guerra fria, os cientistas norte-americanos tentaram opor a análise marxista um enfoque dos fatos políticos que fosse também global e a pretensão universal.

David Easton (1965, 1966) considera a política como uma “repartição autoritária de valores numa sociedade”. A *System Analysis of Political Life* (1966) propõe assimilar a vida política à um sistema aberto que pode ser representado como uma vasta caixa preta alimentada por inputs (insumos = demandas e apoios sociais) e produzindo outputs (decisões e ações, cf. figura 1). A aplicação desse conceito a análise dos fenômenos políticos supõe para Easton quatro propostas complementares: i) existem interações políticas no sistema social constituindo um sistema de comportamento “político” específico; ii) este sistema político depende de um ambiente físico, biológico, social e psicológico; iii) esse sistema de comportamento está aberto às influências do ambiente; iv) ele é capaz de se autorregular de responder as pressões e de agir frente às condições do ambiente.

Para Lapierre (1973: 34), que aprofundara mais tarde as propostas de Easton, um sistema político é “o conjunto dos processos de decisão que interessam a totalidade de uma sociedade global” ou ainda “o conjunto dos processos de decisão relativos à coordenação e cooperação entre os grupos que compõem essa sociedade e relativos à duração das suas empreiteiras e ações coletivas” (Lapierre, 1973: 16).

Para Easton (1966), a vida política pode assim ser concebida como um processo no qual o sistema político é capaz de intervir positivamente nas suas relações com o ambiente porque tem a capacidade de produzir soluções de adaptação às pressões do ambiente. Por sua vez, essas soluções reagem sobre o ambiente. O conceito de equilíbrio sistêmico sintetiza os intercâmbios e fluxos entre o sistema e o seu ambiente (Easton, 1966).

Figura 1. O sistema político segundo Easton

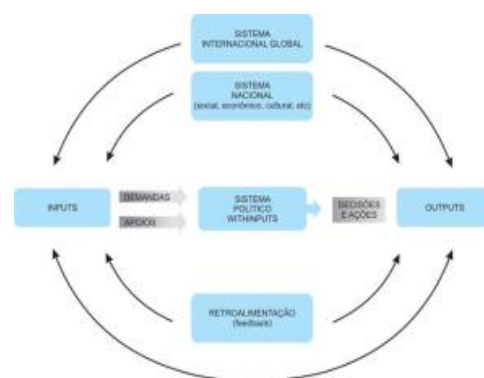
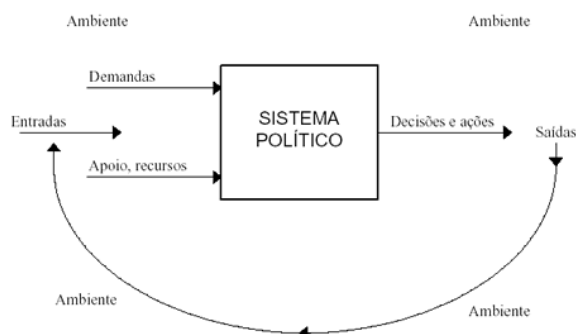


Figura 2: O ciclo do sistema político em Easton (Rua 2009)

A aplicação do enfoque sistêmico para a análise de políticas públicas

Para Rua (2009) no modelo sistêmico, a política pública é definida como uma resposta do sistema político as forças geradas no ambiente. O sistema político corresponde ao conjunto de estruturas e processos inter-relacionados que funcionam para produzir alocações de valores para a sociedade (Easton, 1966). O conceito de sistema implica uma série de instituições e atividades na sociedade que funcionam para transformar demandas em decisões imperativas requerendo um suporte legitimador da sociedade como um todo. Implica também que os elementos do sistema estejam inter-relacionados, que este possa responder as forças do seu ambiente e que fará isso para se auto-preservar.

Vincent Lemieux (1989, 1996, 2002) completou o enfoque sistêmico de Easton e Lapierre, adaptando-o mais especificamente para a análise de políticas públicas. Para Lemieux, se consideramos uma política pública como um sistema de ação, esse sistema pode ser definido pelo seu ambiente, as suas finalidades, suas atividades e suas estruturas; o conceito de evolução indicando que esse sistema se transforma.

Nessa ótica, uma política pública (PP) pode ser definida como sendo composta por atividades orientadas para a solução de um problema público num ambiente dado, por atores políticos que mantêm relações estruturadas, o conjunto evoluindo no tempo.

O ambiente corresponde aqui a qualquer condição ou circunstância definida como limite externo ao sistema político (Rua, 2009).

Tabela 1: A abordagem sistêmica das políticas públicas segundo Lemieux (2002)

Conceitos	Definição sistêmica das políticas públicas	Principais explicações
Atividade	As PP são compostas de atividades	A ação racional e os seus limites
Finalidade	...orientadas para a solução	As crenças e referências dos atores
Ambiente	...dos problemas públicos num ambiente	Os determinantes das políticas
Estrutura	...Por atores políticos com relações estruturadas	As redes de atores políticos
Evolução	...o conjunto evoluindo no tempo	As etapas das políticas públicas

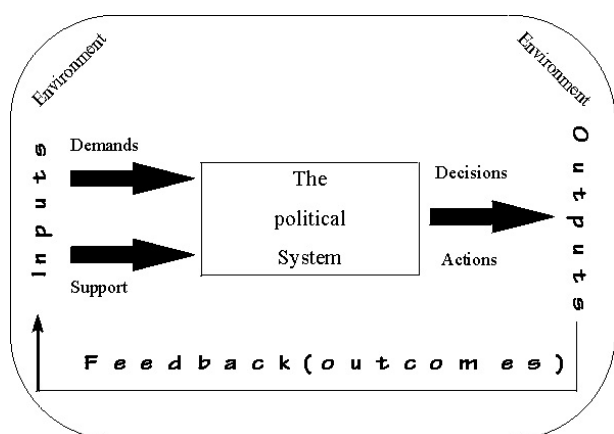


Figura 3: Sistema político segundo Lemieux (2002)

Os inputs (insumos) correspondem às exigências, demandas e aos suportes (apoios) dentro da população. São as forças que afetam o sistema político. Os inputs são recebidos pelo sistema na forma de demandas e apoios; as demandas emergem quando indivíduos ou grupos, em resposta às condições ambientais, agem para afetar o conteúdo da política pública (Rua, 2009). Os suportes são, por exemplo, a opinião pública e a legitimidade que provêm do ambiente interno ou externo a uma dada sociedade.

As demandas podem ser, por exemplo, reivindicações de bens e serviços (saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene e controle de produtos alimentícios, previdência social etc.) ou, ainda, demandas de participação no sistema político.

O sistema político em si continua sendo, de certa maneira, uma caixa preta, mas Lemieux (2002) caracteriza a sua composição. Um sistema político é composto: de uma comunidade política (reino, tribo, estado), de um regime político (parlamentar, presidencial, ditadura, central, federal, etc.) e por autoridades políticas que operam a seleção das demandas, mediante uma triagem por prioridade e a coordenação das ações (as políticas públicas).

Os outputs correspondem às decisões e ações das autoridades em resposta as demandas. Para Rua (2009). Os outputs são alocações imperativas de valores do sistema expressas como decisões e como políticas públicas

Para caracterizar e fechar o sistema, existe uma retroatividade (feedback) dos output mediante os efeitos e impactos, desejados e não desejados, positivos e negativos, das decisões e das políticas públicas sobre o ambiente e os atores. Esses efeitos retroativos podem assim influenciar (aumentando ou reduzindo) os apoios e as demandas.

Os atores componentes do sistema político segundo Lemieux (2002), mas essencialmente as autoridades políticas, podem mobilizar e utilizar recursos políticos. Existem vários tipos de recursos políticos: os recursos normativos ou normas (valores, regras que os atores mobilizam como trunfos ou como desafios a cumprir); os recursos estatutários ou os postos na função pública ou política; os recursos acionáveis ou comandos (os elementos para a ação); os recursos relacionais ou alavancas para a decisão e a ação política (redes, capital social); os recursos materiais ou suportes (capital financeiro); os recursos humanos ou capacidades e os recursos informativos ou informações.

A análise sistêmica de políticas públicas corresponde, portanto ao estudo de cada componente ou subsistema: 1) análise das demandas (inputs) ; 2) análise da agenda das políticas (ordem do dia); 3) análise da formulação da política (pelo sistema político); 4) análise das decisões (outputs); 5) análise da implementação (outputs); 6) análise do impacto ou avaliação (ambiente)

De acordo com Rua (2009) nos anos 1960/70 essa proposta apareceu como uma proposta de renovação metodológica: i) Oferecia uma análise global, mais abrangente, em particular com relação à análise mono-setorial no caso das políticas públicas. ii) Trazia uma análise dos fluxos e dos ciclos como alternativa à análise linear das políticas públicas; iii) Propunha analisar a complexidade dos sub sistemas

Para Monière (1976) a abordagem sistêmica das políticas públicas por Easton apresenta três limitações. Primeiro, exclui do campo do conhecimento social a causalidade das funções. Por exemplo, a decisão de aumentar o preço de um bem de consumo como o petróleo é uma decisão que afeta o conjunto da sociedade, direta ou indiretamente, e que de fato, escapa ao processo político. Certas decisões tomadas e justificadas em nome da sociedade não afetam o conjunto da sociedade, pois o seu caráter obrigatório só é efetivo e real para um segmento da sociedade, por exemplo, a antiga política de discriminação dos negros nos EUA ou da apartheid na África do Sul.

Em segundo lugar, considera que se a análise sistêmica apoia-se na conjuntura, então entra em contradição com as constantes dos acontecimentos históricos. Por que autoridades e regime são depostos? Por que não foi cumprida a função de harmonização e regulação que era a sua?

Será que a revolução de 1789 na França foi apenas o resultado de uma conjuntura do meio (interno e externo) da sociedade?

Na abordagem sistêmica a socialização é construída a partir de bases psicológicas deficientes que consideram uma racionalidade e informação perfeitas dos agentes. “Negou-se o fato que o indivíduo não recebe passivamente as mensagens e não pode ser considerado como uma página branca sobre a qual as forças sociais viriam imprimir a sua marca”. A interação é sempre mais complexa e o analista deve reconhecer o efeito de fatores endógenos.

No final dos anos 1990, Niklas Luhmann vai enriquecer a abordagem sistêmica da sociedade e da política, introduzindo mais complexidade e, em particular, três subsistemas dentro do sistema político: os partidos políticos, a população através da opinião pública (que não pode ser associada a nenhuma racionalidade) e o governo com a sua burocracia.

Essa complexificação permite a Luhmann (1999) quatro propostas pertinentes, embora já “descobertas” pela ciência política da época: i) o sistema de governo por um lado e o sistema dos partidos por outro (com as promessas eleitorais) levam à uma sobrecarga do *Estado Providencia* (tese da escola de Virginia, Buchanan & Tullock, 1962, 1978); ii) como autorreferente, o sistema político não pode ter legitimidade externa; a participação da população só pode ser codificada por meio das eleições governadas pelos partidos (debate de Luhmann com Habermas); iii) o código do sistema político (governo/oposição) não tem nada a ver com um código moral; o único lugar para uma forma política da moralidade é o respeito das regras internas ao próprio sistema político; iv) portanto, a democracia não pode ser entendida segundo códigos ou termos externos ao sistema político: não pode ser definida como “poder do povo”, mas como “bifurcação ou alternância no topo do poder”, de acordo com o código “governo/oposição”

2. As aplicações da análise sistêmica das políticas públicas: evoluções e limitações

Algumas aplicações específicas

De fato, não encontrei aplicações da abordagem sistêmica no campo das políticas agrícolas ou rurais. É tal vez porque quando as políticas rurais começaram a ser objeto de análise pela ciência política, essa escola já não era mais considerada.

No entanto, encontram-se alguns trabalhos de análise sistêmica das políticas de desenvolvimento urbano e local. A cidade ou as aglomerações se prestam à uma análise de

fluxos e de subsistemas em interação. A principal referência é o livro *Urban Dynamics* de Jay Forrester (1969) que rompeu com as tentativas de elaboração de modelos explicativos gerais sobre o crescimento urbano nos anos 60 nos EUA. Seu modelo, dotado de uma linguagem informática nova, baseada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy era orientada para a exploração em longo prazo do futuro das grandes cidades e o estudo das consequências longínquas das decisões das políticas urbanas. As aplicações mais recentes em matéria de urbanismo e de políticas de desenvolvimento local mantêm uma linguagem sistêmica. No entanto, elas têm integrado outros enfoques, em particular a análise estratégica dos atores a partir da sociologia das organizações e a análise de redes de atores (CERTU, 2001; 2007). Essas abordagens têm certa proximidade com a aplicação do enfoque sistêmico a agricultura a partir das noções de sistemas de produção e de sistemas agrários oriundas da biologia e da ecologia (Mazoyer, 1977; Billaz e Dufumier, 1979, Chambers & Jiggins, 1987, Jiggins 1984). Nos anos 1990, um ramo informático nascido do enfoque sistêmico, a modelização e a simulação de sistemas multi-agentes (SMA) (Weiss, 1999), veio renovar no campo rural, os trabalhos sobre a gestão dos recursos naturais. Foi em particular graças às pesquisas da Unidade GREEN do Cirad (Bousquet *et al*, 1998; Lepage *et al*, 2013) e da elaboração da plataforma de simulação CORMAS (*COmmon Resources Multi-Agent System*). Os promotores dessa ferramenta consideram como agentes, grupos sociais ou instituições aos quais atribuem normas de comportamento e regras de funcionamento. Os agentes são assim orientados por limites, regras expressas ao nível do grupo e aparecem como entidades atuando de maneira coletiva num ambiente dinâmico (Cormas, <http://cormas.cirad.fr/fr/outil/outil.htm>) De fato, mais que a modelização dos sistemas sociais em si, as possibilidades de repetição de ciclos/anos pelas técnicas de simulação informatizada, conferem à essa ferramenta uma potência para modelizar as consequências de uma decisão política em matéria de gestão de recursos naturais. Finalmente, existem ainda algumas referências de análise das políticas sociais (Lemieux, 1989) e de saúde. Mais recentemente a Organização Mundial da Saúde (2010) mobilizou o enfoque sistêmico para a análise do fortalecimento dos sistemas de saúde.

Impactos da abordagem sistêmica das políticas públicas

A abordagem sistêmica das políticas públicas tem assim conduzido, tanto por continuidade como por reação, ao desenvolvimento de uma nova escola nas ciências políticas, que pouco a pouco se afirmou como uma subdisciplina: foi o caso da análise das políticas públicas, que empresta muito à sociologia política, à sociologia das organizações e à economia institucional.

Foi, primeiramente, a abordagem cíclica ainda carregada de enfoque sistêmico, em Jones (1970, 1980) e Anderson (1975) que desenvolveram a análise sequencial das políticas públicas (fig. 4). Foi também o caso com as propostas pioneiras de Heclo e Wildavski (1978) analisando as configurações e as redes de atores. Finalmente os dois enfoques sistêmico e cíclico têm contribuído para os métodos de avaliação das políticas públicas em dos outros aspectos lembrados pelo antropólogo Jean Francois Baré. Primeiro as políticas públicas são objetos ou seres diacrônicos (são processos) que se modificam no tempo e dependem, portanto de uma abordagem histórica (Baré, 2001:142). Em segundo lugar a propósito das políticas de desenvolvimento, Baré reafirma o aporte epistemológico, semântico e linguístico que está na origem do enfoque sistêmico. « *O mundo do desenvolvimento, o mundo das instituições do desenvolvimento, tal como se expressa por meio de diferentes conceitos, nem sempre pode ser traduzido (...). O desenvolvimento não é uma realidade existindo independentemente dos procedimentos linguísticos que servem para o definir; trata-se pelo contrario de uma categoria linguística dependente dos procedimentos da sua definição* » (Ibid. p. 142).



Figura 4: **Ciclo das Políticas Públicas** (in Rua, 2009)

O elemento comum desses trabalhos foi de tentar abrir e entrar na “caixa preta do sistema político” ou do *policy making* para o qual a abordagem sistêmica não olhava. Houve, em segundo lugar, um encontro dos cientistas políticos com a sociologia das organizações que mobilizava ainda um uso metafórico da noção de sistema. Em Crozier e Friedberg (*O ator e o Sistema*, 1977), o mais importante é a contribuição sobre a análise estratégica dos atores. Esses dois autores começaram a abrir a caixa preta a partir de uma sociologia da ação coletiva organizada. Mas como aplicaram primeiro essa reflexão às organizações sociais fechadas (empresas e administração pública), estas ainda podiam ser assimiladas à subsistemas e sistemas. Mas, em fim, a entrada pelos atores prevaleceu nesse encontro, com relação às

considerações de sistêmica. Na introdução do seu livro (idem, 1977:15), os autores anunciam o que constitui o coração da problemática que eles pesquisam: “A que condição e ao preço de que coerção ou pressão será que a ação coletiva (a ação organizada dos homens) se torna possível?”. Baré (1997:144) lembra as dificuldades de definição quando se considera as políticas de desenvolvimento como « sistemas de ação ». *“Estritamente falando, ninguém nunca viu uma política de desenvolvimento ou uma “ação pública”». Uma política de desenvolvimento é definida pelo que dizem as pessoas que a fazem: é portanto, um conjunto de interações complexas entre espaços de reflexão ou de decisão macroeconômica, burocracias e administrações, grupos ou atores sociais”*.

Progressivamente a complexificação das políticas públicas levou a considerar o termo de “ação pública” para dar conta dessa complexidade, restituindo a incerteza e o caráter limitado da racionalidade que conduz ao processo de uma política pública. *“As autoridades públicas não possuem mais o monopólio das políticas públicas, mas devem, pelo contrario, tratar com uma multiplicidade de atores que projetam seus « finalidades e projetos de vida » no processo de fabricação das políticas públicas”* (Massardier, 2008). Massardier pergunta se as nossas sociedades não estariam vivendo uma superposição entre duas ordens políticas: *“uma herdada da filosofia política clássica segundo as quais as autoridades públicas e os governos são ao mesmo tempo exteriores e superiores a sociedade; e a outra segundo a qual essas mesmas autoridades apenas seriam atores políticos entre outros”*.

Limitações para a ciência política e as ciências sociais

A título de posicionamento teórico crítico, cabe lembrar a contribuição de outro antropólogo das políticas de desenvolvimento, Olivier de Sardan a propósito da mobilização da abordagem sistêmica nas ciências sociais.

Segundo Olivier de Sardan (1994:130), a análise sistêmica pode ser considerada como um paradigma ou como uma metáfora (um efeito de linguagem). Como paradigma, a análise sistêmica oferece duas versões: “uma maximalista que considera que a realidade é um sistema e outra minimalista que se limita em afirmar que tudo acontece como se a realidade fosse um sistema”. No entanto, na sociologia, antropologia e ciência política, a análise sistêmica pode dificilmente pretender ao nível de paradigma por conta do objeto específico das ciências sociais: os significados culturais, os comportamentos humanos, as práticas sociais não têm uma racionalidade comprovada e estão longe de constituir sistemas, mesmo na concepção minimalista do paradigma. As estratégias dos atores, a ambivalência dos comportamentos, os

jogos de poder, as incoerências no coração do pensamento humano, dificilmente podem ser modelizados na forma de um sistema, e seria até contraditório com a noção de sistema que evoca coerência e estabilidade.

Para Olivier de Sardan (1994:133), a aplicação da abordagem sistêmica às ciências sociais apresenta três perigos:

- um risco inerente a todo sistema metafórico: naturalizar as metáforas, transformar o artefato em realidade e terminar por acreditar que a sociedade é um sistema.
- um risco inerente à metáfora sistêmica, aquele de privilegiar a funcionalidade dos sistemas, terminar por acreditar que um sistema social dado é funcional e tende a reproduzir a sua coerência;
- um risco inerente à metáfora sistêmica aplicada ao desenvolvimento: aquele de analisar as interações entre um projeto de desenvolvimento e a população alvo como um circuito sistêmico. Termina-se acreditando que o projeto é um subsistema e que o “ambiente” é outro (caso dos métodos de avaliação de projetos de desenvolvimento rural dos anos 80).

Essas limitações sócio-antropológicas sendo feitas, a abordagem sistêmica tem os seus méritos e a sua utilidade. Cabe a cada um aplicar e mobilizar o enfoque sistêmico dentro de um referencial mais completo, isto foi também o caso na ciência política a propósito da análise de políticas públicas.

3. Um exemplo de análise sistêmica estrutural e metafórica

Trabalhei vários anos sobre as organizações de agricultores e o manejo de recursos naturais públicos e coletivos a partir dos aportes da teoria da reciprocidade (Sabourin, 2000, 2006, 2009, 2011). Mais recentemente, arrisquei uma aplicação às políticas públicas da análise estrutural das relações de reciprocidade (Sabourin, 2009, 2012, 2013).

O que é a reciprocidade?

Reciprocidade é sinônimo de solidariedade (*dependência mútua, fato de ser solidário*) ou de mutualidade. Em etnologia e antropologia, a reciprocidade designou por muito tempo as prestações mútuas de alimentos, de bens e de serviços entre pessoas ou entre grupos em particular nas sociedades, indígenas e camponesas (Mauss, 1923-24). Lévi-Strauss (1949) propôs um princípio de reciprocidade governando o conjunto das relações sociais e em

particular mediante as estruturas do parentesco. Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde, portanto, a um ato reflexivo entre sujeitos e não apenas a uma simples permuta de bens ou de objetos.

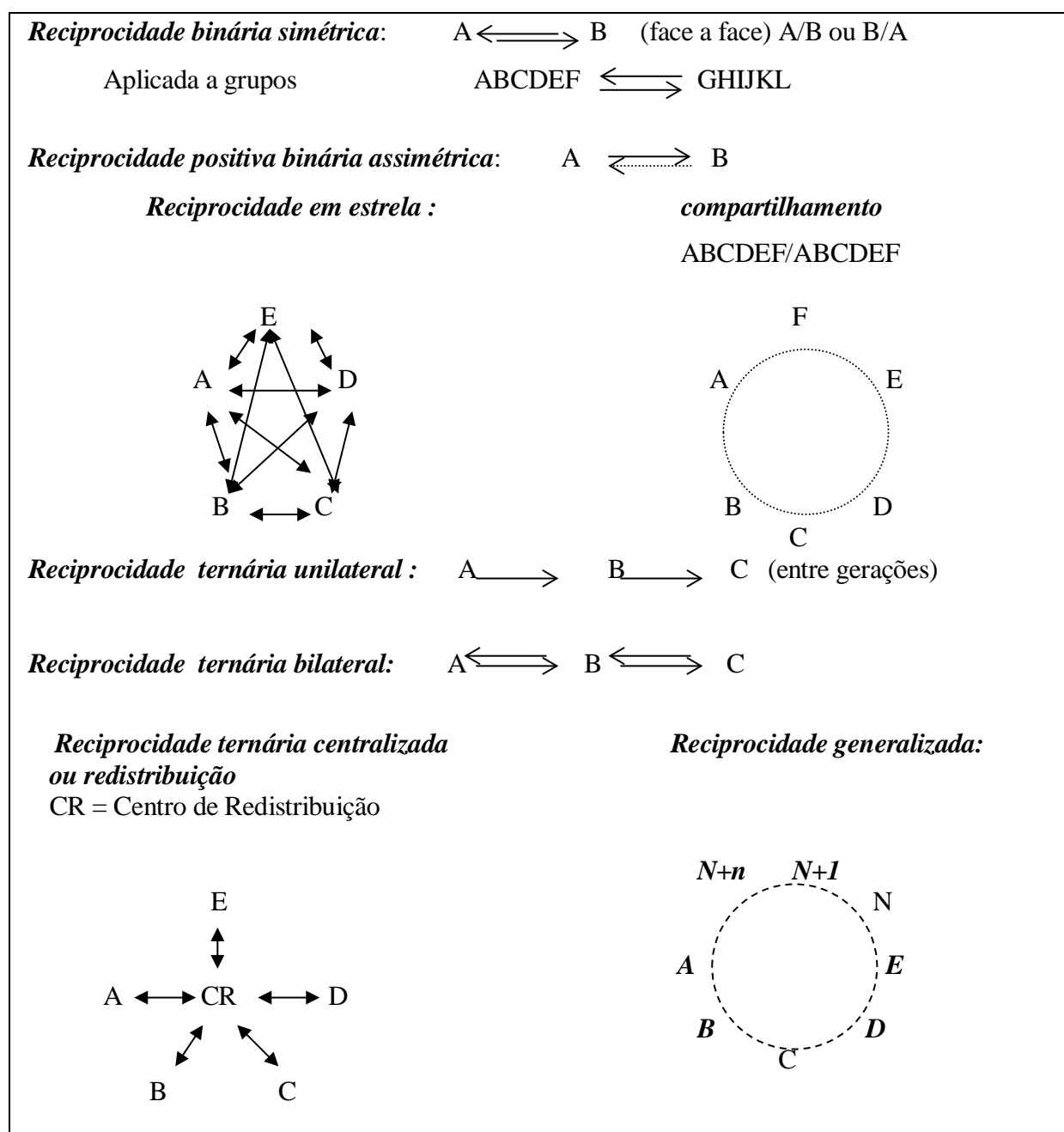
O primeiro elemento próprio à teoria da reciprocidade envolve a definição do conceito do ponto de vista sócio-antropológico. O princípio de reciprocidade não se limita tampouco a uma relação de dádiva/contra dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo dessa definição que por muito tempo prevaleceu e ainda prevalece às vezes na antropologia, conduz, de fato, a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Esse impasse persiste enquanto a reciprocidade for interpretada com a lógica binária que convém à troca. A troca, pode se reduzir, no limite, a uma permuta de objetos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Lupasco (1951) a qual faz aparecer um *Terceiro incluído*¹ na relação de reciprocidade. Permite, assim, considerar esse *Terceiro* como o *ser* dessa relação e dar conta dela ou interpretá-la como a estrutura originária da intersubjetividade, irreduzível à troca de bens ou de serviços que libera do laço social ou da dívida. Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, como havia identificado Polanyi (1944, 1957), mas um princípio socioeconômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca.

Em segundo lugar, as relações de reciprocidade, quando recorrentes ou institucionalizadas podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico. Assim podem ser analisadas segundo algumas estruturas elementares (fig. 5), tais como foram propostas inicialmente por Mauss (1924), Lévi-Strauss (1949), Temple (1998) ou Anspach (2002).

Existem quatro categorias de estruturas de reciprocidade (ver fig. 5) : a) a reciprocidade binária, com duas variantes: a relação bilateral ou *cara a cara* e o *compartilhamento*; b) a reciprocidade ternária, que mobiliza pelo menos três sujeitos e que pode ser unilateral (por exemplo, entre gerações) ou bilateral (as relações funcionam nos dois sentidos); c) a reciprocidade centralizada, que corresponde à definição de Polanyi (1957) da redistribuição a partir de um centro de poder que capta e redistribui recursos; d) a reciprocidade generalizada que resulta de relações múltiplas e abertas entre todos (por exemplo, a figura do mercado de reciprocidade nos Andes ou na África).

¹ O “Terceiro incluído” constitui essa consciência de ser, essa revelação que gera a afetividade e cujo sentimento pode se transformar em valor ético nas formas de reciprocidade simétrica. Senão, como explicar, de um lado, a força dessa consciência identificada por Lévi-Strauss, que leva a reproduzir as relações, e do outro, a origem dos valores éticos, postulados por Polanyi como as matrizes onde seriam “inseridas” as prestações de reciprocidade e de redistribuição.

Figura 5: **Representação esquematizada de algumas estruturas de reciprocidade**



As relações de reciprocidade estruturadas sob uma forma simétrica geram valores éticos: a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica gera um sentimento de amizade; a estrutura simétrica de compartilhamento dos bens dentro de um grupo gera a confiança. Assim, segundo Temple (1998) outros tipos de relação em outras estruturas podem produzir outros valores específicos: a relação bilateral assimétrica gera um sentimento de submissão para quem recebe e de prestígio para quem dá mais.

Finalmente a proposta teórica de Temple e Chabal (1995) considera os diferentes níveis do princípio de reciprocidade e os modos que lhe são específicos. São três os planos ou níveis de reciprocidade: o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)

Para resumir, existem várias estruturas elementares de reciprocidade nas quais as relações geram sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes. Existem, igualmente, várias formas de reciprocidade que lhe conferem imaginários diferentes. O sentimento do ser originário pode ser capturado no imaginário do prestígio ou no da vingança, dando lugar a formas de reciprocidade positivas, negativas e simétricas. Estruturas, níveis, formas se articulam para configurar sistemas de reciprocidade (Temple, 1997, 2003).

A noção de sistemas mistos

No caso da agricultura e da sociedade rural, e em particular do Brasil, a teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar em termos de sistemas socioeconômicos mistos, quer dizer sistemas associando relações de reciprocidade e relações de troca mercantil (Sabourin, 2009 e 2011).

Os sistemas mistos podem ser declinados em termos de modalidades de articulação entre lógicas de troca e lógicas de reciprocidade. Encontramos três principais tipos de interface ou de articulação entre as duas lógicas (troca e reciprocidade):

i) *A justaposição de mundos paralelos*: as práticas de troca e de reciprocidade coexistem sem se misturar, ou até ignorando-se (no caso de comunidades isoladas, quilombolas, comunidades indígenas ou camponesas mais tradicionais ou das novas aglomerações de pobres desconectados do resto do sistema, como nas favelas, por exemplo);

ii) *A contradição* entre lógicas de troca e de reciprocidade com dois tipos de consequência: paralisia mútua das duas lógicas, ou domínio de uma sobre a outra. Esse segundo fenômeno é clássico do confronto entre práticas de reciprocidade e de troca no Brasil, que leva ao domínio da troca mercantil e ao fim das relações de reciprocidade. Pode também corresponder à coabitação de práticas de reciprocidade alienadas: dominação paternalista e clientelismo ao serviço da exploração capitalista (Geffray, 2007 e Sabourin, 2008). A particularidade desse mecanismo de representação do mundo e de prática das relações é sua capilaridade na população e sua resistência a crítica social que seja marxista, humanista ou pelos direitos humanos (Sabourin, 2011).

iii) *A complementaridade reversível*: as práticas de troca e de reciprocidade sendo reconhecidas como diferenciadas, os atores as articulam de maneira complementar na base de uma interface ou articulação de sistema. Isto é, por exemplo, quando uma instituição, uma legislação ou uma política pública regula a articulação entre as duas lógicas;

Portanto, a coexistência pode ocorrer de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

Aplicação à análise de políticas públicas rurais

As políticas de redistribuição podem ser interpretadas como estruturas de reciprocidade centralizada (os impérios ou os poderes totalitários) captando os recursos dos sujeitos (tributo ou imposto) para uma redistribuição ulterior. Trata-se, no entanto, de uma estrutura de compartilhamento no caso das políticas universais como saúde e educação. A partir dos impostos, os recursos públicos são redistribuídos para todos, por exemplo, o Sistema Único de Saúde, Bolsa Família para os mais pobres, reforma agrária para os sem terra. Existe um compartilhamento dos impostos recolhidos mediante a política tributária por meio da política pública redistributiva.

Várias políticas de regulação podem ser analisadas como dispositivos de interface ou de articulação entre a lógica de reciprocidade e a lógica de troca:

- Políticas que protegem dos excessos da alienação capitalista ou das falhas do mercado ou da natureza, por exemplo, o seguro e garantia safra, os instrumentos de compra a preços garantidos; etc.

- Políticas que permitem articular práticas de troca e de reciprocidade mediante objetivos de regulação dos preços ou dos mercados ou de promoção de uma economia mais solidária (Martins e Nunes Ferreira, 2004; Radomsky e Schneider, 2007).

É o caso da legislação de proteção do acesso, uso e distribuição de bens comuns ou públicos: como o meio ambiente, o ar e a água. Trata-se também da legislação de proteção de povos tradicionais e das comunidades indígenas, em particular das suas terras e direitos e das suas práticas culturais (língua, religião, etc).

Finalmente, nas últimas décadas, o governo federal no Brasil, tem desenvolvido políticas que introduzem uma dose de reciprocidade em sistemas de troca mercantil: é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e dos instrumentos de qualificação dos produtos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa uma verdadeira ferramenta adaptada ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa em despeito de recursos ainda muito limitados: existe um teto de 6 500 Reais por família por ano (MDA, 2005; *Delgado et al.*, 2007; Souza e Chmielewska, 2010). O PAA compra a preço garantido todos os tipos de produtos da agricultura familiar, incluindo os que não exigem o recurso ao crédito (cultivos alimentares) e os produtos transformados na unidade (queijos, doces, açúcar mascavo, etc.).

Diante do sucesso desse programa aprovado pelas organizações camponesas, o governo acaba de aumentar o teto por família, multiplicar os recursos e diversificar a gama dos produtos e das modalidades de acesso, em particular por meio das organizações sindicais e cooperativas. Os mercados públicos gerados pelas coletividades locais, em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar redes, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade preservando territorialidades econômicas de reciprocidade (Sabourin, 2011 e 2012).

A política de qualificação (o selo de garantia), em si, limita os efeitos de concorrência e de especulação da troca capitalista. Quando o nome do produtor está em jogo, são as relações de reciprocidade que geram os valores de reputação, de honra e de responsabilidade. São geralmente esses valores que garantem a legitimidade e a autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de procedência. As empresas capitalistas identificaram esses valores humanos para transformá-los em serviço mercantil de verificação e certificação. Mas, de fato, para produtos agroalimentares, a primeira sanção é a do consumidor e a garantia de qualidade é, muitas vezes, inerente ao processo de produção.

Existem, portanto no Brasil cada vez mais, iniciativas de implantação de sistemas de co-certificação ou certificação participativa entre produtores e consumidores (Sabourin, 2012).

Essas iniciativas foram apoiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) encarregado da agricultura familiar. Um selo “Produto da Agricultura Familiar” foi instituído, além dos selos regionais específicos (*Produtos coloniais* ou *Gaúcho no Sul*, *Sabor de Minas* em Minas Gerais, etc.). Os responsáveis por esses selos consideram que eles têm um efeito alavanca para mobilizar o apoio das políticas públicas para ações facilitando a inserção dos produtos da agricultura familiar em um mercado até então reservado às empresas agrícolas.

Em realidade, qualquer processo de qualificação que garanta a origem (o nome do produtor), a especificidade, o processo ou as normas de qualidade de um produto contribui para reduzir os efeitos da concorrência próprios à troca capitalista. No entanto, se o processo de certificação da qualidade vem aumentar o custo, de acordo com as regras da troca, torna o acesso a qualificação mais seletivo para os produtores e o preço mais caro para os consumidores.

Portanto, pode ser verificado no próprio regulamento desses instrumentos de políticas públicas o caráter reversível, dialético entre o polo da reciprocidade e o polo da troca. Depende do projeto da sociedade ou do legislador é que lado (troca ou reciprocidade) se pretende privilegiar.

As recentes abordagens territorializadas das políticas públicas ambientais (preservação dos recursos naturais) e de desenvolvimento rural regional repousam na ação pública, quer dizer nas interações entre a ação coletiva da sociedade civil organizada e os poderes públicos (MDA, 2005; Tonneau e Sabourin, 2007; Schneider *et al*, 2003). Temos agora a possibilidade de analisar essas interações humanas não apenas pelo princípio da racionalidade e do interesse do ator, mas pelo enfoque da reciprocidade (Sabourin, 2009 e 2011).

Quando funciona bem, a política territorial oferece espaços de negociação dos projetos coletivos que constituem ao mesmo tempo, arenas para debates democráticos e aprendizagens mútuas entre os membros dos colegiados territoriais vindos de diferentes categorias e setores. Esses espaços podem permitir a construção de relações simétricas bilaterais, de alianças ou de compromissos entre representantes de diversos grupos de interesses ou ainda de relações estruturadas de compartilhamento (de projetos, recursos, equipamentos coletivos e aprendizagens).

No entanto, as análises dessas políticas no caso do Brasil mostram seis principais tipos de limites:

- uma participação da sociedade civil contrariada pelas relações de reciprocidade assimétrica: existe uma avaliação insuficiente das consequências da assimetria de estatuto, de poder e de capacidades entre as organizações de agricultores familiares e camponeses de um lado, e o setor privado e poderes públicos pelo outro lado (Ávila, 2010);
- uma coordenação atropelada pela confusão entre reciprocidade horizontal (planejamento ascendente com definição e elaboração de projetos locais pela base) e reciprocidade vertical (decisão autoritária e descendente por parte do Estado central) (Sabourin, 2009);

- uma confusão entre reciprocidade simétrica, reciprocidade centralizada e redistribuição pública, quer dizer entre descentralização (transferência de responsabilidade e recursos para o nível local), desconcentração do Estado (organização da dimensão intermunicipal) e territorialização de uma política pública universal (energia elétrica, telefonia rural ou inclusão digital) (Sabourin, 2009);
- uma confusão entre lógica de reciprocidade (partilha e face a face) na consulta pública por meio dos conselhos ou espaços de discussão de projetos e uma lógica de troca na repartição e negociação dos recursos mediante os filtros da administração federal (Avila *et al*, 2011);
- a irresponsabilidade de confiar a avaliação pública dos programas aos próprios membros da sociedade civil, em nome da gestão social participativa (Massardier *et al*, 2012);
- uma dificuldade em identificar os projetos de natureza territorial (recursos e objetivos compartilhados) a partir das iniciativas locais, por conta de uma leitura do desenvolvimento pela única lente da troca mercantil (Sabourin e Rodrigues, 2009).

As interações entre atores e grupos sociais remetem para diversos tipos de interesses materiais individuais ou coletivos. Entretanto, elas também podem depender de laços de solidariedade, proximidade, amizade, prestígio, ou seja, de relações de reciprocidade mais ou menos simétricas e, portanto, mais ou menos éticas. Relações de trocas políticas ou relações de reciprocidade são vinculadas por redes interpessoais e alianças de diversas naturezas (profissionais, religiosas, ideológicas, vizinhança, etc.), que podem constituir empreendimentos, redes ou coalizões de políticas públicas (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993; Marsh e Smith, 2000). A análise da configuração social associada a uma política ou a uma ação pública nos ajuda a entender a origem, a evolução e a aplicação dos seus instrumentos.

Aportes e limites da teoria da reciprocidade para análise das políticas públicas

Como qualquer contribuição teórica, a análise das relações de reciprocidade corresponde a uma representação modelizada da realidade que ajuda a pensar sobre essa realidade e a agir nela. O essencial, como lembra Olivier de Sardan (1994) é não confundir representação e realidade e sempre procurar uma verificação empírica.

De fato a teoria da reciprocidade traz o caráter dinâmico de um enfoque dialético, post marxista, para tratar de maneira processual dos mecanismos de interação e contradição entre várias lógicas e tendências polarizadas (pela troca ou reciprocidade);

Esse enfoque introduz a questão do poder e da dependência dos sujeitos menos dotados ou submetidos pelas relações assimétricas (clientelismo), mas esclarece também a dinâmica reversível das alianças e coalizões nas relações de reciprocidade mais equilibradas.

A teoria da reciprocidade permite introduzir a questão da ligação entre práticas sociais, relações e sentimentos humanos, quer dizer entre práxis e valores, remetendo para um enfoque cognitivo das interações políticas e econômicas (Muller, 2003).

Finalmente, abre uma entrada renovada e também dialética para a análise da alienação nas relações políticas de dominação ou do viés da interpretação individualista da procura da racionalidade máxima, levando a uma perda de sentido (Sabourin, 2011).

Podemos avançar três principais limites da abordagem pela reciprocidade:

Como sempre no caso de expressões metafóricas, tem que se ter muito cuidado e não cair numa reificação do modelo teórico dialético, no bipolarismo, no maniqueísmo branco/preto, do tipo “reciprocidade = bem e troca = mal”. Isso não tem sentido e só pode confundir a análise. O enfoque pela reciprocidade compartilha os limites próprios à análise estruturalista. Deve-se cuidar em não interverter o papel da práxis na geração dos valores: são as relações de reciprocidade simétricas que produzem valores humanos, não as estruturas; as estruturas simétricas são representações ou modelos das relações de reciprocidade recorrentes ou institucionalizadas.

Metodologicamente, a existência de sentimentos humanos ou de valores éticos, em parte gerados pelas relações de reciprocidade simétrica deve ser identificado e qualificado empiricamente pela observação, pela análise da interpretação dos atores, quer dizer pela fala dos próprios atores, o que não é evidente ainda mais com populações alienadas.

Considerações finais

Que ensinamentos tirar da contribuição da abordagem sistêmica para analisar as políticas públicas.

Até os autores críticos dessa abordagem (Monière, 1976; Rua, 2009) reconhecem algumas vantagens e aportes, que obviamente tem que ser recolocados no contexto da sua emergência.

- O enfoque sistêmico representa uma tentativa saudável de dar uma visão global dos problemas e das interações, de uma análise macro. Progressivamente os trabalhos vieram a

situar os sistemas e subsistemas políticos em relação a outros sistemas políticos e não apenas ao ambiente externo. Neste sentido permitiu contribuir para comparações internacionais de políticas e aplicar-se ao estudo das relações internacionais.

- A sistêmica ajuda a considerar e a representar a complexidade por meio da sua modelização, o que no caso das políticas públicas, tem se traduzido pela figura da análise dos ciclos das políticas públicas; para Monière, (1976) a abordagem sistêmica permite reduzir a complexidade do real sintetizando as múltiplas variáveis que influenciam o sistema político e as políticas públicas. Segundo esse autor “o enfoque sistêmico oferece uma grade de classificação dos fenômenos, útil para descrever o funcionamento da vida política dentro de uma sociedade. Esse marco teórico permite realizar análises macroscópicas e apreender o conjunto dos fatores que condicionam as transformações de um sistema político particular. Permite também realizar análises mais setoriais que isolam uma variável e descrevem a sua interação com o conjunto do sistema”.

- Finalmente o enfoque sistêmico trouxe uma contribuição para o início da elaboração dos métodos de avaliação das políticas públicas.

Várias limitações têm levado ou a redução da mobilização da abordagem sistêmica para o campo da análise das políticas públicas ou então a sua associação com outros enfoques metodológicos e analíticos complementares. Foi o caso com a análise dos ciclos ou das estratégias dos atores da sociedade, mas também dos atores componentes do sistema político (comunidade e autoridades políticas).

A abordagem sistêmica não abre nem analisa a caixa preta do sistema político. Necessitamos entender as estratégias, os comportamentos e as trajetórias dos atores sociais. Por outra parte, o enfoque sistêmico não integra a incerteza, a racionalidade limitada e o papel dos valores e dos sentimentos.

Finalmente a abordagem das políticas públicas em termos de outputs (decisões e ações) em resposta aos inputs (demandas) é hoje demasiado redutora. Com a multiplicação dos atores intervindo nas políticas públicas e dos centros de poder (policentrismo e poliarquia (Massardier, 2008) é necessário recorrer a uma microsociologia dos atores da ação pública.

Bibliografia

- ANDERSON, James. 1975. “Public Policy-Making.” In Paul a Sabatier. ed., Theories of the Policy Process. Colorado: Westview Press
- ANSPACH Mark. 2002. *A charge de revanche. Figures de la réciprocité*. Paris: Seuil.

- ÁVILA, Mario Lucio de. *Ação pública territorializada de desenvolvimento rural: O caso do Território das Águas Emendadas*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília,
- ÁVILA, Mario Lucio de; SABOURIN, Eric; DUARTE GOULART, Laura Maria; MASSARDIER, Gilles. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v.1, n. 2, p. 427-448, 2011.
- BARE Jean-François, L'anthropologie et les politiques de développement. Quelques orientations, *Terrain*, n° 28, 1997 : 139-152
- BARE Jean-François (éd.) L'évaluation des politiques de développement. Approches pluridisciplinaires. 2001, Paris : l' Harmattan.
- BILLAZ René; DUFUMIER Marc *La Recherche Développement en agriculture* PUF/ACCT, Paris, 1979.
- BOUSQUET F.; BAKAM Innocent; PROTON Hubert. ; LE PAGE Christophe. Cormas: Common-Pool Resources and Multi-agent Systems In *Lecture Notes in Artificial Intelligence* vol.1416 (2) 1998: 826-837
- BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais*. Brasília: MDA, 2005.
- BRASIL - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Grupo Gestor - PAA. *Balanco de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010, Relatório descritivo*. Brasília: MDS, 2010.
- BUCHANAN James ; TULLOCK Gordon *The Calculus of Consent. Logical Foundations of Constitutional Democracy*, Lansing, The University of Michigan Press, 1962
- CERTU, L'analyse des systèmes d'acteurs. Diagnostics de territoires, Lyon CERTU Cahiers N° 1, 2001
- CERTU. Une introduction à l'approche système Lyon, CERTU, 2007
- CHAMBERS Robert; JIGGINS Janice. Agricultural research for resource-poor farmers part I: transfer-of-technology and farming systems research, *Agricultural Administration and Extension* 27/1, 1987: 35–52
- CHMIELEWSKA Danila; SOUZA Danara. *Market Alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: Lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme*, Brasilia, SAE/PNUD , IPC-IC, Working Paper, 2010
- CROZIER Michel; Friedberg Gherard. L'acteur et le Système. Paris Seuil 1977.
- DELGADO, Guilherme C.; JUNIA C.; JADER J. O, Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, n° 0, 2007:18-39
- DYE Thomas. R. Understanding public policy, Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1984, 377 p
- EASTON David, An Approach to the Analysis of Political Systems..*World Politics*, V. 9, No. 3, 1957: 383-400.
- EASTON David, *A Framework for Political Analysis*, Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1965. Ed francesa « Catégories pour l'analyse systémique du politique », in P. Birnbaum & F. Chazel, *Sociologie politique*, Paris, A. Colin, 1972, t. 1, p. 84-104.
- EASTON David *A Systems Analysis of Political Life*, New York: Wiley. 1966, Ed. francesa *Analyse du système politique*, Paris, A. Colin, 1974.
- FORRESTER Jay, *Urban Dynamics*. Pegasus Communications. 1969.
- GEFFRAY Christian. *A opressão paternalista: Cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro*, Rio de Janeiro : Educam-Editora universitária Candido Mendes, 2007, 230 p.
- HECLO Hugh.; WILDAWSKI Aaron. Issue networks and the executive establishment. In: KING, A. (Ed.).*The new American political system*. Washington: Amer. Enterprise Institute, 1978

- JENKINS William I.. Policy analysis. A Political and Organisational Perspective, London: Martin Robertson, 1978
- JIGGINS Janice, Farming Systems Research : Do Any of the 'FSR' Models Offer a Positive Capacity for Addressing Women's Agricultural Needs? Consultative Group on International Agricultural Research WP N°4, 1984
- JONES, Charles. "Introduction to the Study of Public Policy." In Paul a Sabatier. ed., Theories of the Policy Process. Colorado: Westview Press, 1970.
- KINGDON John Agendas, alternatives, and public policies. New York, NY: Harper Collin 1984
- LAPIERRE Jean William., *L'analyse des systèmes politiques*, Paris, PUF, 1973.
- LASSWELL Harold Dwight *Politics: Who Gets What, When, how*. Whittlesey house, McGraw-Hill book Company, Incorporated, 1936 -
- LASSWELL Harold Dwight The Decision Making Process, College Park, University of Maryland Press. 1956
- LE PAGE Christophe., BAZILE Didier.; BECU, N.; BOMMEL, P.; BOUSQUET F.; MICHEL E., Mathevet, R. ; Souchère, V. ; Trebuil G., Weber J. Agent-based modelling and simulation applied to environmental management in Simulating social complexity: a handbook. - Heidelberg : Springer 2013: 499-540
- LEMIEUX Vincent L'étude des politiques publiques: les acteurs et leur pouvoir Presses Université Laval, 2002 - 195 p
- LEMIEUX Vincent , *Introduction à l'analyse politique*, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal, 1996.
- LEMIEUX Vincent, "Le pouvoir dans la réalisation des politiques sociales" *Service Social*, vol. 38, no 2-3, 1989, pp. 179-195 "Les politiques sociales." Québec Université Laval
- LEVI-STRAUSS Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*, La Haye, Mouton [1949] 1967
- LINDBLOM, Charles. E. The science of muddling through *Public Administration Review*, 19, (1959) ; 79-88.
- LUHMANN, Niklas Politique et complexité: les contributions de la théorie générale des systèmes. Paris : Le Cerf, 1999.
- LUPASCO Stéphane Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie. Paris, Herman, 1951.
- MARSH, David; SMITH, Martin. Understanding policy networks: Towards a dialectical approach. *Political Studies*, 48 (1), p. 4-21, 2000.
- MARTINS Paulo Henrique ; NUNES FERREIRA Brasilmar (org) *A Nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, 241p.
- MASSARDIER, Gilles. *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin, U, 2008.
- MASSARDIER, Gilles; SABOURIN, Eric; LECUYER, Lauren; AVILA, Mario Lucio. La démocratie participative comme structure d'opportunité et de renforcement de la notabilité sectorielle. Les agriculteurs familiaux dans le PRONAT au Brésil, Territoire Aguas Emendadas. *Participations*, 1 (2),: 78-102, 2012.
- MAUSS, Maecel ."Ensaio sobre a Dádiva", In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac e Naify [1924] 2003
- MAZOYER Marcel. *Dynamique des systèmes agraires, rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires*. Paris : MRT, 1987.
- MONIÈRE Denis, Critique épistémologique de l'analyse systémique de David Easton. Essai sur le rapport entre théorie et idéologie. Ottawa, Ontario : Les Éditions de l'Université d'Ottawa, 1976, 250 pp. Collection des Sciences sociales, n° 4.
- MULLER Pierre. *Les Politiques publiques*, Paris: PUF, [1990] 2003 (6em ed)

- OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre, De l'amalgame entre analyse-système, recherche participative et recherche-action, et de quelques problèmes autour de chacun de ces termes Conférence au Symposium *Recherches-système en agriculture et développement rural*, Montpellier, mai 1994, Proceedings, pp 129-140
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE Pour une approche systémique du renforcement des systèmes de santé, Genève, CH 2010. 113p
- PAL Leslie. A. *Public Policy Analysis: An Introduction* (2nd edition). Toronto: Nelson, 1992.
- POLANYI Karl, ARENSBERG Conrad (dir) *Trade and Market in the Early empires. Economics in History and Theory*, New York: The Free Press. 1957
- POLANYI Karl, *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, Paris : Gallimard, [1944] 1983 420p.
- RADOMSKY Guilherme ; SCHNEIDER, Sergio. 2007 Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, nº22, 2007, pp 249-284
- RUA, Maria das Graças Políticas públicas– Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p
- SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank (Eds.) *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Boulder, CO: Westview Press, 1993.
- SABOURIN Eric, Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture multifunctionality in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 agosto 2000, 15p.
- SABOURIN Eric, Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in SCHNEIDER Sergio (org.) *A diversidade agricultura familiar*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2006 :108 -132
- SABOURIN Eric. Oppression paternaliste et exploitation capitaliste au Brésil in *Lusotopie*, nº 15, vol 2, 2008 : 231-234, Bordeaux
- SABOURIN Eric. Camponeses do Brasil : entre reciprocidade e intercâmbio. Rio de Janeiro, Garamond U ; 2009, 328p col Terra Mater,
- SABOURIN Eric, Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Série Estudos Rurais, 2011. 270p.
- SABOURIN Eric, Paternalismo e clientelismo como efeitos da conjunção entre opressão paternalista e exploração capitalista, *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.19, n1, 2011: 5-29
- SABOURIN, Eric. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 4 (2), p. 83-104, 2012.
- SABOURIN Eric., Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais, in *Ruris*, vol. 6, nº2 2013: 53-90, dossiê “Estado e controle de populações rurais na América Latina” <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1510/1021>
- SABOURIN Eric ; RODRIGUES José Alesando, Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT, in *Desenvolvimento Territorial, Diretrizes para a região da BR 163*, Vol 2 . Projeto Diálogos (Ed) Brasília, WWF, Cirad, ICV, Ipam, CDS, UE, 2009. pp 45-81
- SCHNEIDER Sergio; SILVA Marcelo Kurath; MORUZZI Marques Paulo. *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, 252p Série Estudos Rurais.
- SIMEON Richard. Studying Public Policy in *Canadian Journal of Political Science* v. 9, nº4, 1976: 548-580.
- TEMPLE Dominique; CHABAL Mireille, *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*, Paris : l'Harmattan, 1995. 263p.
- TEMPLE Dominique, L'économie humaine *Revue du MAUSS* nº10, (1) 1997:103-109,

- TEMPLE Dominique. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) 1998: 234-242, Paris.
- TEMPLE Dominique, *Teoría de la Reciprocidad*. La Paz : PADEP/ GTZ, 2003, 3 Tomos
- TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN Eric. *Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, Série Estudos Rurais, 2007, 327p
- TULLOCK, Gordon, le marché politique, *Analyse économique des processus politiques*, Paris, Economica , 1978
- WEISS, Gerhard, (Ed.), *Multiagent Systems. A Modern Approach to Distributed Artificial Intelligence*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 1999.